

SOCIEDADE, ÉTICA E CIDADANIA: reflexões metodológicas

Doraci Alves LOPES*

Os objetivos do presente conjunto de artigos dos docentes do Laboratório de Estudos, Sociedade, Ética e Cidadania - LESEC -, são diversos, como o de contribuir mais diretamente para a discussão da metodologia da pesquisa social dos estudantes de Ciências Sociais, envolvidos com a definição e andamento de seus trabalhos de conclusão de curso. Espera enriquecer o estudo dos demais estudantes do Instituto de Ciências Humanas e de outros cursos da Puc-Campinas. Tem expectativas, também, de auxiliar os professores de Sociologia no ensino médio, oferecendo alguns subsídios para seus programas de ensino. Finalmente, os integrantes do laboratório se dispõem a receber críticas e sugestões para a continuidade de suas atividades.

Desde meados de 1997, um grupo de professores de Ciências Sociais passou a pensar a diversidade de suas experiências de investigação social e descobriram que tinham uma preocupação comum, centrada na questão da ética e da cidadania.

A partir de então, foi ficando claro o quanto é importante a criação de um espaço de troca acadêmica e busca, nem sempre fácil, de um caminho de interesses próximos e comprometidos com um trabalho coletivo.

(*) Doutora em Sociologia, Coordenadora do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania (LESEC) e do Curso de Ciências Sociais do ICH, PUC-Campinas.

Pudemos perceber em 1999, com satisfação, nossos primeiros avanços, ao integrarmos muitos alunos a uma proposta de grupo de estudos, bem como estabelecer alguns contatos com outras unidades da universidade e outras instituições, traduzidos, por enquanto, pelos seminários organizados pelo LESEC, para o curso de ciências sociais. Outro resultado está na divulgação deste conjunto de artigos, demonstrando um novo momento de reflexão e amadurecimento do trabalho em desenvolvimento.

Como uma das características principais do grupo é o da coexistência com diferentes objetos de pesquisa, seja em sociologia, ciência política ou antropologia, a diversidade das análises sobre certas formas concretas da vida social estão integradas, de alguma forma, com reflexões a respeito da ética e/ou da cidadania.

Em termos muito sintéticos, a ética está sendo entendida como parte indiscutível do pensamento filosófico, tema de preocupações desde suas origens, na antigüidade. Mas na sociedade moderna tornou-se objeto específico de discussão de várias outras ciências, como a psicologia, o direito, a economia política, a história, ou a comunicação.

Deste modo, é preciso deixar claro que as Ciências Sociais podem pensar sobre a ética. Não se trata de entender a ética no sentido tradicional, como um conjunto absoluto e abstrato de certos princípios e normas morais que regulam a vida social, ou, ainda, como uma sucessão de certas práticas morais, umas substituindo outras. Também não se confundem com a investigação da Filosofia, que pensa sistematicamente a história da moral, as doutrinas éticas fundamentais, como a Grega, a Cristã Medieval, Moderna e Contemporânea.

Procuramos entendê-la como diversidade e especificidades de morais que são construídas e modificadas tanto no tempo como no espaço das sociedades, produto de processos históricos definidos. Isto quer dizer que o indivíduo tem um comportamento moral influenciado por fatores sociais, que são vividos pessoalmente e interiorizados.

Porém, não é possível apenas reproduzi-los mecanicamente, pois o indivíduo possui uma margem de autonomia para poder decidir e agir socialmente.

Neste sentido, o sujeito deve assumir responsabilidades sobre seus atos perante seus semelhantes e esta situação nos permite refletir sobre como o homem se comporta moralmente, bem como sobre a moral do grupo social a que ele pertence.

A questão da discussão científica da ética está em demonstrar qual a correlação entre a moral e a vida social, discutir seus limites, obstáculos, mudanças e avanços no âmbito de determinadas relações sociais, econômicas, políticas ou culturais.

Este também é o caso do conceito de cidadania, utilizado por um universo amplo de discussões científicas, especialmente nas ciências humanas, adquirindo diferentes significados, dependendo do contexto histórico, do problema social e da vertente teórica em que está sendo analisado.

Entre os participantes do LESEC, a concepção de cidadania é sinônimo de práticas sociais em luta por direitos sociais ou de novos problemas que emergem para pensar sua redefinição. Portanto, as análises não se restringem à concepção liberal de cidadania, que se limita a definir seu conteúdo formal.

Os vários artigos expressam investigações de processos de luta pela criação de novos direitos sociais, de novos espaços de poder, de participação política. Apontam para a necessidade de refletirmos sobre aspectos importantes da questão da cidadania; analisam a existência de sérios obstáculos presentes na cultura política dominante e a importância de uma reflexão permanente sobre a democratização da sociedade, especialmente a brasileira.

Assim, tanto o conceito de ética como o de cidadania não se confundem com um debate jurídico, legal ou oficial, mas representam um campo de discussão sobre direitos sociais em processos cotidianos de construções culturais, políticas, econômicas e/ou so-

ciais, tratadas a partir de diferentes contribuições teórico-metodológicas e objetos de estudos.

No artigo de Thales de Andrade, existe a preocupação de levantar uma questão ética relacionada à estetização cotidiana da cultura e a questão ambiental, produzida pelos aparatos tecnológicos da mídia. A sua pesquisa e percurso metodológico apontam para a necessidade de pensarmos sobre um problema fundamental: o da criação de um novo tipo de segregação social - os analfabetos tecnológicos -, e a intensidade das simulações ficcionais produzidas pelas novas tecnologias da informação. A cidadania e a ética estão sendo diretamente afetadas pelo poder de controle de restritos grupos sociais sobre as produções estéticas, que o autor investiga através dos conteúdos de programas televisivos voltados para o tema dos riscos ambientais.

Em Pedro Rocha Lemos, a ênfase da discussão está em pensar a habitação e cidadania em projetos de políticas públicas na região de Campinas (SP), privilegiando o programa habitacional 'Chico Mendes', do município de Cosmópolis. Pretende problematizar e contextualizar historicamente a descentralização destas políticas investigando, através de vários recursos metodológicos, a relação entre as lutas por direitos sociais em habitação e a definição das políticas governamentais, após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em meados dos anos 80.

A sua contribuição situa-se num mapeamento das correntes teóricas que vêm discutindo as condições em que se encontram os conflitos e tensões entre as políticas públicas mais gerais e os projetos habitacionais, como também suas relações com os movimentos sociais nesta área. Relaciona um conjunto de conceitos e autores para expressar seu referencial teórico como: poder local, cotidiano, democracia e cidadania.

Distingue seu enfoque das análises exclusivamente institucionais, que dificultam abordagens para pensar a racionalidade das resistências, dos fracassos, ou mesmo de certos avanços

vivenciados por sujeitos sociais envolvidos em lutas por direitos sociais mais democráticos em habitação.

O artigo de minha autoria também se dedica a pensar a questão habitacional, procurando explicitar uma metodologia de pesquisa que interpreta a cultura e a ética do habitar de trabalhadores sem teto, a partir do estudo de uma ocupação urbana em Campinas (SP), no ano de 1994. Trata-se de uma discussão que reflete temas como habitação, cultura e ética do habitar, entre outros, sublinhando que não foi possível contar com um debate consagrado das ciências sociais desta perspectiva de estudo.

Procuro problematizar certas situações historicamente dramáticas e silenciadas do modo de vida provisório dos trabalhadores sem teto e os conflitos que enfrentam nas várias situações de exclusão social produzidas pela racionalidade das políticas habitacionais do país, na maioria das vezes estranhas à sua cultura e a seus projetos para se constituir sujeito social, cidadão.

O objetivo da reflexão de Vera Lucia Graziano Rodrigues, por outro lado, é discutir a crescente complexidade das organizações coletivas da sociedade brasileira, problematizando as relações entre sociedade civil, direitos sociais e novas formas de participação política, traduzidas por práticas sociais que chama de neocooperativas. A sua questão é tratar o neocooperativismo como expressão de exigências coletivas, redes associativas heterogêneas, multifacetadas e desiguais em termos de hegemonização da representação e negociação de interesses políticos junto ao Estado.

A pesquisa e a história dos comitês das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Jundiá e Capivari são exemplos vivos das questões teóricas enfrentadas pela autora. Ao explicitar o caminho metodológico, contribui para destacar outros aspectos do debate sobre a cidadania, como os desafios da descentralização da gestão e democratização das políticas públicas em relação ao uso da água nos municípios que compõem esta bacia hidrográfica.

Em Paulo André A. Setti, vemos o conceito de complexidade também ser discutido, desta vez associado à antropologia, que exige a produção de um conhecimento científico que leve em conta a sociedade contemporânea, marcada pelos desafios da 'coexistência de múltiplas fontes de normatividade', segundo suas palavras.

Setti procura auxiliar no debate metodológico, refletindo especialmente sobre o conceito de identidade, que entende, '*a partir de dentro*' do saber, valores e práticas vivenciadas pelos sujeitos sociais e como parte essencial da construção do conhecimento antropológico em contextos socioculturais '*complexos*', como o da sociedade brasileira.

Este enfoque teórico incorpora ainda a dimensão política, reconhecendo o ato de conhecimento do pesquisador como um '*ato de afirmação política*', ao interagir em processos culturais heterogêneos, plurais, dinâmicos, onde os sujeitos sociais constroem e reconstroem moralidades, normatividades sociais historicamente situadas. Segundo o autor, os indivíduos devem definir '*o que ser no mundo*' e o que '*deve ser feito do mundo*', portanto, são influenciados pelas construções éticas existentes na vida social, defrontando-se com consensos ou conflitos no âmbito dos interesses políticos, que debatem o que vêm a ser direitos sociais ou cidadania.

Como o leitor pode verificar, são amplas as possibilidades de engajamento em relação ao trabalho acadêmico que envolve os docentes do LESEC e está aberto a novas contribuições que somem preocupações e compromissos sistemáticos às reflexões construídas até o presente momento.

Desejamos agradecer especialmente aos membros da Comissão Editorial do Instituto de Ciências Humanas o espaço de divulgação de nossas propostas e conjunto de artigos na Revista *Humanitas*.